



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

AUTOCLASSIFICAÇÃO RACIAL NO CENSO ESCOLAR: UMA ANÁLISE PRELIMINAR

SILVA, Dayane Ferreira.

Bacharel em Ciências Sociais e Mestranda em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.
E-mail: dayaneferreirasilva@yahoo.com.br

ALVES, Maria Railma

Prof.^a do Departamento de Ciências Sociais da UNIMONTES e Mestre em Educação pela FAE/UFGM.
E-mail: railma@uai.com.br

Introdução

Em função da manutenção do cenário de desigualdades entre brancos e negros nos vários espaços da vida social, a questão racial tem sido alvo de algumas políticas ou programas na área da saúde, da cultura e da educação no Brasil; também passa a ser retomada como objeto de muitos trabalhos acadêmicos e vem-se firmando como tema de reflexão e de debates na sociedade.

Nessa direção, é importante lembrar que a vida de um indivíduo é marcada pela sua passagem pela escola, em especial no ensino básico, e essa trajetória é, nitidamente, influenciada pela cor/raça e pela suas condições materiais de existência, uma vez que o pertencimento a um determinado grupo racial tem importância expressiva na estruturação das desigualdades sociais e econômicas.

Sabendo disso, em 2009, realizou-se uma pesquisa intitulada “Autoclassificação e classificação racial: uma abordagem sobre a variável cor/raça no censo escolar, em uma escola da rede pública e privada do município de Montes Claros-MG”, buscando avaliar a classificação racial no censo escolar realizado anualmente pelas instituições escolares.

Com o intuito de buscar respostas necessárias para este estudo, foram realizados alguns levantamentos, procurando aprofundar sobre a questão da autoclassificação/classificação racial, utilizando-se as metodologias quantitativa e qualitativa para a investigação por serem metodologias que procuram interpretar tanto os aspectos objetivos como os aspectos subjetivos.

A metodologia quantitativa privilegiou a aplicação de questionário, com questões estruturadas, previamente formuladas sobre o tema da pesquisa. Os



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

questionários foram autoaplicados¹ aos pais dos alunos do 1º ano (fase introdutória), 2º ano (1ª série), 3º ano (2ª série), 4º ano (3ª série) e 5º ano (4ª série) do ensino básico.

Na abordagem qualitativa, foi realizada uma revisão bibliográfica, levantamento e análise documental e aplicação de entrevista estruturada com os profissionais responsáveis pelo censo nas escolas.

O presente artigo propõe discutir alguns dos dados obtidos por meio desta pesquisa, que se divide em três partes: na primeira parte, faz-se uma exposição do cenário de desigualdades da educação brasileira e, aponta algumas reflexões sobre o censo escolar; na segunda parte, abordam-se alguns dos dados obtidos com o trabalho de campo. Por fim, nas considerações finais, fazem-se algumas reflexões sobre o tema abordado e sobre os dados coletados.

1- Cenário da educação brasileira: sistema educacional que inclui e exclui

As relações sociais entre os brasileiros são permeadas por preconceitos, por racismos e por discriminações, e tais características se encontram presentes em todas as instituições, seja na família, no trabalho e, sobretudo, na escola. Conforme destaca Telles (2003, p.238), “a educação está no centro das desigualdades raciais, bem como das desigualdades de renda mais gerais”, visto que a escolaridade é responsável pela maior parte das diferenças na mobilidade social entre brancos e negros.

Desse modo, a educação significa processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano, e ter acesso ao serviço educacional se tornou a condição necessária para que os cidadãos tenham condições de reconhecer seus direitos. De acordo com Oliveira:

Ao longo dos últimos séculos, a educação tornou-se um dos requisitos para que os indivíduos tenham acesso ao conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade, constituindo-se em condição necessária para se usufruir outros direitos constitutivos do estatuto da cidadania. O direito à educação é hoje reconhecido como um dos direitos fundamentais do homem e é consagrado na legislação de praticamente todos os países (OLIVEIRA, 2001, p.15).

¹ - Os questionários foram entregues aos estudantes do 1º ao 5º ano de escolaridade, para que os pais ou responsáveis respondessem em casa.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Assim, a escolaridade é uma das condições essenciais ao indivíduo, e esta vai interferir diretamente na distribuição de renda, uma vez que quem possui mais anos de estudos tende a ter possibilidades de uma renda maior. Desde a Constituição de 1988, o acesso à educação é garantido a todos como um direito público subjetivo, em que, independente da raça, da religião e da condição econômica, todos têm o direito à educação fundamental gratuita. Entretanto, é na área educacional que se encontram as maiores desigualdades entre negros e brancos. Alves & Soares (2003)², ao analisar a questão educacional no Brasil, afirmam que a escola

continua sendo um produto social desigualmente distribuído. Desigualdades no ingresso aos diferentes tipos e níveis de ensino persistem, ainda que se manifestem hoje de forma menos maciça e mais sutil. Essas desigualdades são moduladas por filtros socioeconômicos, raciais, localização (urbana, rural) e por tipo de rede escolar (pública, particular) (ALVES & SOARES, 2003).

A educação está nitidamente vinculada às desigualdades raciais, uma vez que está profundamente relacionada à distribuição de renda, ou seja, quem possui mais anos de escolaridade, conseqüentemente, possui as melhores ocupações e salários; assim, a escolaridade é responsável pela maior parte das diferenças na mobilidade social entre brancos e negros. Heringer (2002) enfatiza que, diante da importância da escolaridade na garantia da mobilidade social, a análise das oportunidades educacionais de brancos e negros no Brasil se torna mais importante ainda, pois

Uma primeira constatação é a baixa escolaridade da população brasileira como um todo, já que a média do país é de apenas 5,7 anos de estudo. Supondo que não haja repetência, isto equivaleria apenas à conclusão da 5ª série do ensino básico. Um outro aspecto a se levar em conta é a diferença em termos de anos de estudo entre negros e brancos. Estes últimos possuem em média dois anos de estudo a mais do que os negros (HERINGER, 2002, p.60).

Nota-se que o Brasil possui uma taxa de escolaridade baixa, e esse indicador fica ainda pior ao comparar a questão educacional brasileira entre brancos e não brancos,

² - ALVES & SOARES, Maria Teresa Gonzaga; José Francisco. Desigualdades Raciais no Sistema Brasileiro de Educação Básica. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). 2003. <http://www.scielo.br/scielo.php> (acessado em 01/02/2009).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

uma vez que os negros possuem grande defasagem em relação aos anos de estudos em comparação aos brancos. Henriques, ao analisar a escolaridade no Brasil, afirma que

Em termos do projeto de sociedade que o país está construindo, o mais inquietante é a evolução histórica e a tendência de longo prazo dessa discriminação. Sabemos que a escolaridade média dos brancos e dos negros tem aumentado de forma contínua ao longo do século XX. Contudo, um jovem branco de 25 anos tem, em média, mais 2,3 anos de estudo que um jovem negro da mesma idade, e essa intensidade da discriminação racial é a mesma vivida pelos pais desses jovens — a mesma observada entre seus avós (HENRIQUES, 2001, 27).

Assim sendo, a desigualdade educacional persiste durante gerações e nenhuma política pública foi realizada a fim de combatê-la. Mesmo que, ultimamente, o governo tenha se demonstrado mais interessado com a questão racial no Brasil, os resultados das medidas tomadas ainda são tímidos, se comparados ao alto grau de desigualdades. A Tabela 01 demonstra como a desigualdade persiste entre a população negra na década de 90, no âmbito educacional.

TABELA 01
TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA POR COR OU RAÇA, 1992-2001

Em %								
Ensino Fundamental	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
Branca	87	88	90	91	92	93	94	95
Negra	75	77	81	82	85	89	91	92
Todos	81	83	85	86	88	91	92	93
Ensino Médio	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
Branca	27	28	33	34	38	41	45	51
Negra	9	10	12	14	15	19	21	25
Todos	18	19	22	24	27	30	33	38

FONTE: IBGE, PNAD, 1992 -2001. Elaboração DISOC/Ipea a partir de microdados *apud* JACCOUD & BEGHIN (2002, p.33)

Analisando a taxa de escolaridade líquida de crianças matriculadas entre os anos de 1992 a 2001 (Tabela 01), podemos perceber que existe um hiato entre a população branca e a negra no ensino fundamental, apesar de ter diminuído ao longo dos anos, o



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

que demonstra que a população negra passou a ter um maior acesso ao ensino fundamental.

Sobre a diferenciação educacional entre brancos e negros, Jaccoud & Beghin (2002) afirmam que isso ocorre porque o sistema educacional estaria refletindo a reprodução de desigualdades históricas, visto que os alunos negros fariam parte de famílias cujos pais possuíam níveis de instrução menores que os pais dos alunos brancos, o que condicionaria seu desempenho na escola.

Outro dado é que a escola se tornou um espaço de transmissão das práticas raciais discriminatórias, que se manifestam ao longo de todo o ciclo educacional da pré-escola até a universidade. Telles afirma que,

Assim, as escolas podem ser os locais mais importantes para examinar a discriminação racial. Ali, algumas formas de discriminação racial podem ser grosseiras, mas, normalmente, é mais provável que ela se concretize por meio de uma “profecia” auto-realizável, que leva os professores a investirem mais nos estudantes brancos. Isso acontece de acordo com a imagem negativa dos negros, tal como é apresentada em alguns livros escolares, levando à baixa estima entre os estudantes negros, em razão da sua interação com outros estudantes, professores e administradores. Além disso, como os negros são mais propensos a ser pobres e a viver em condições abaixo da média, também são mais propensos a sofrer desnutrição e insônia, o que diminui a capacidade de aprendizado (TELLES, 2003, p.238).

Telles aponta ainda que as crianças e jovens negros são mais propensos do que os brancos a frequentar escolas públicas e cursos noturnos. E, entre aqueles que cursam escolas públicas, os negros tendem a estudar em escolas com menos recursos, como as escolas da periferia dos centros urbanos, devido, também, a sua condição socioeconômica.

A presença da maioria dos negros em escolas com nível de ensino mais deficiente traz consequências graves para a população negra, pois, em sua maioria, aqueles que conseguem concluir o ensino médio não conseguem competir com os estudantes das escolas particulares no vestibular.

Estudantes de famílias com maior poder aquisitivo, que cursam escolas privadas até o vestibular, recebem subsídios do governo para frequentar as universidades públicas de alto nível. Estudantes mais pobres frequentam as escolas públicas de primeiro e segundo grau com poucos recursos e, normalmente, não conseguem passar no vestibular das universidades públicas. A estes estudantes resta pagar para estudar nas universidades particulares, de qualidade inferior. Os 7 % mais ricos da população



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

representam 27 % dos universitários, enquanto os 40 % mais pobres representam apenas 5 %.

O contraste entre a alta qualidade das universidades públicas, comparada à baixa qualidade da educação pública primária e secundária em geral, é visível no fato de o governo brasileiro despende cerca de 20 vezes mais com cada universitário do que com estudantes do nível básico e secundário. (TELLES, 2003, p.199)

Com o crescimento econômico nas últimas décadas e com a disputa pelo mercado cada vez mais competitivo, o governo brasileiro necessitou investir no ensino superior, a fim de gerar mão de obra qualificada para os postos de trabalho advindos desse crescimento. Isso fez com que esse nível educacional se expandisse, gerando crescimento significativo da classe média profissional. No entanto, esse crescimento foi desproporcional, visto que a maioria das pessoas que completa o ensino superior é branca. Isso acabou produzindo uma desigualdade racial crescente no acesso à educação do ensino superior.

O breve quadro sobre a desigualdade racial aqui apresentado demonstra a injustiça social que a maioria da população negra vivencia durante toda a sua vida, da estigmatização que sofre por estar presente nas classes sociais mais baixas, com condições de moradias mais precárias, dificuldade de acesso à saúde e a outros tipos de serviços. Isso impede o crescimento de suas potencialidades que, ainda, são somadas às desigualdades na área educacional, resultando em um mercado de trabalho injusto, onde aos negros restam os cargos mais simples e menos renumerados.

Os dados do Censo Escolar, apresentados no próximo item, revelam a dificuldade da classificação racial no Brasil.

1.1 - O Censo Escolar

O Ministério da Educação instituiu, desde 1997, o censo escolar, que tem como propósito conhecer melhor o sistema educacional brasileiro. Segundo o Ministério da Educação (2009)³, o censo escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais de domínio nacional, realizado todos os anos e coordenado pelo Instituto Nacional Estudos Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O censo é realizado com a colaboração

³ - Brasil, Ministério da Educação. Instituto Brasileiro de Nacional Estudos Educacionais Anísio Teixeira (INEP): Censo Escolar. 2009. <http://www.inep.gov.br/default2.htm> (acessado em 02/02/2009).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

das secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. Conforme o Ministério da Educação (2009):

Essas informações são utilizadas para traçar um panorama nacional da educação básica e servem de referência para a formulação de políticas públicas e execução de programas na área da educação, incluindo os de transferência de recursos públicos como merenda e transporte escolar, distribuição de livros e uniformes, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, Dinheiro Direto na Escola e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Dessa forma, o censo escolar tem como objetivo conhecer profundamente a área educacional brasileira. E seus resultados possibilitam realizar cálculos, como aprovação, reprovação e evasão escolar das diferentes modalidades da educação brasileira. Os resultados do censo são somados com outras avaliações, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e a Prova Brasil, para calcular o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que é um indicador de referência para as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Ministério da Educação.

O censo escolar possui muitas questões e, entre os dados coletados, busca saber qual é a autoclassificação/classificação racial dos estudantes da educação básica. Essas informações servem de base para a formulação de políticas públicas sociais e para a distribuição de recursos públicos. Assim, são os dados disponibilizados pelo censo escolar que dão a orientação para onde, quando e como as políticas públicas (incluindo as ações afirmativas⁴) devem ser implantadas na área educacional.

A raça/cor é uma variável importante no censo escolar e utiliza as categorias de raça do IBGE: branco, preto, amarelo, pardo e indígena. Além do mais, adotar as mesmas categorias raça/cor utilizadas pelo IBGE facilita realizar comparações e cruzamento de dados entre as duas diferentes pesquisas.

Assim como o IBGE, o censo escolar também enfrenta problemas quanto à classificação racial, pois há grande dificuldade de classificar a raça/cor no Brasil.

⁴ - Ações afirmativas é um conjunto de políticas públicas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário concebidas com vistas à promoção de populações historicamente discriminadas e ao combate à discriminação. BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Estratégico de Ações Afirmativas: População Negra e AIDS. 2006, p.24.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Conforme o INEP (2009),⁵ o Brasil possui 52.179.530 alunos matriculados no ensino básico. Desse valor, 9.761.190 se consideram brancos, 1.244.319 pretos, 9.416.878 pardos, 179.082 amarelos e 172.507 indígenas. Um ponto importante nas informações fornecidas nos dados é o alto número de alunos que não declararam sua raça/cor, já que foram 31.405.554 alunos que se negaram a fornecer essa informação, portanto, mais da metade dos alunos matriculados no ensino básico.

Conforme Márteelo *et al.* (2006), isso ocorre porque a identidade racial no Brasil é multifacetada, resultado da combinação de várias subdimensões da identidade. De acordo com Márteelo *et al.*, “a dificuldade de classificar a raça/cor dos indivíduos ocorre porque raça/cor é uma característica socialmente construída, relacionada com poder e que varia em relação à de muitas características, inclusive a de quem está definindo” (MÁRTELO *et al.*, 2006, p.161). Telles enfatiza outro dado importante:

Leis de classificação racial nunca existiram no Brasil e tampouco existem regras rígidas para a classificação racial, como nos Estados Unidos e na África do Sul. No Brasil, a raça é um conceito ambíguo, situacional, inconsistente e relacional. Existem vários sistemas de classificação. São várias as categorias situadas ao longo de um continuum que vai do branco ao preto e que são também influenciadas pela classe social e pelo gênero. Além disso, os brasileiros têm pouco sentido de pertencimento a um grupo racial. Ao passo que a classe social e o gênero são aspectos centrais na maioria das identidades brasileiras, a raça ainda não é (TELLES, 2003, p.132).

A autoclassificação racial também pode ser influenciada pela posição social na qual os pais dos alunos estão inseridos, pelo fator econômico, entre outros. Mesmo sabendo da dificuldade de classificação racial no Brasil, essa categoria é fundamental para conhecer a formação do país. Para Schwartzman,

Hoje, parece claro que o objetivo não é tentar medir ou quantificar as características biológicas da população, e sim sua diversidade social, cultural e histórica, que, como é sabido, está relacionada a diferenças importantes de condições de vida, oportunidade e eventuais problemas de discriminação e preconceito (SCHWARTZMAN, 2004, p.101-102).

⁵ - BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): Censo Escolar. 2009. <http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/questionarios/> (acessado em 02/02/2009).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Deste modo, podemos perceber que a variável raça/cor é muito importante para conhecer a população, visto que interfere no seu desenvolvimento social, pois a raça é um fator relevante no que diz respeito à mobilidade social e à aquisição de renda pelos indivíduos.

2 - Autoclassificação e Classificação Racial: uma análise comparada a partir do censo escolar em uma escola da rede pública e privada do município de Montes Claros - MG

Devido à grande proporção dos dados coletados por meio desta pesquisa, apresentaremos apenas alguns aspectos obtidos por meio da metodologia quantitativa. A escola da rede pública, no período de abril de 2009, contava com 259 alunos matriculados entre o 1º ao 5º ano de escolaridade; deste total, somente 134 pais responderam ao questionário. Já a escola da rede particular, em abril de 2009, possuía 348 alunos matriculados entre o 1º ao 5º ano de escolaridade; entretanto, apenas 173 pais dos alunos responderam ao questionário. Assim sendo, esta pesquisa conta com uma população total de 307 sujeitos participantes.

Os dados coletados foram analisados a partir da análise bivariada, que consiste no cruzamento entre duas variáveis, e tem como objetivo estabelecer correlações entre os dados obtidos a partir do questionário, realizando-se uma análise mais profunda do objeto de estudo.

Com o intuito de melhor compreender a classificação racial, realizamos cruzamento de dados entre duas variáveis: “Autoclassificação da cor/raça do pai ou responsável” e “escola da rede pública e privada”.

TABELA 02
AUTOCLASSIFICAÇÃO DE COR/RAÇA DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS
VERSUS ESCOLA PARTICULAR E PÚBLICA

Cor/raça	Escola		Total
	Rede Pública	Rede Particular	
Branca	13,4%	41,6%	29,3%
Parda	73,1%	41,6%	55,4%
Preta	6,7%	0,6%	3,3%
Amarela	-	6,4%	3,6%
Indígena	0,7%	1,7%	1,3%
Outra	6,0%	7,5%	6,8%



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Sem informação	-	0,6%	0,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

FONTE: Coleta direta, 2009

Nota 1: Percentagens totalizam 100 nas colunas

Nota 2: N = 307

De acordo com a Tabela 02, a distribuição de autoclassificação de cor/raça dos pais ou responsável pela criança em relação às escolas pesquisadas mostra que, enquanto 6,7% dos pais ou responsáveis da escola da rede pública se consideram pretos, apenas 0,6% dos pais da escola da rede particular se autoclassificaram nessa categoria. Pode-se notar, também, um maior percentual de autoclassificação na categoria branca na escola da rede particular do que na escola da rede pública (41,6% contra 13,4%, respectivamente). É interessante também observar os altos percentuais de autoclassificação na categoria parda: 73,1% na escola da rede pública e 41,6% na escola da rede particular.

É importante destacar, ainda, que 6,4% dos pais da escola da rede particular se classificaram na categoria amarelo, apresentando um valor acima da média nacional, que é de 0,8%; este alto índice implica que os pais não compreendem o significado da categoria amarelo (que corresponde a asiáticos). A falta de compreensão desta categoria se torna explícita, já que a secretária da rede particular também se classificou como amarela.

Esses dados nos leva a perceber que a maioria dos pais da escola da rede pública se classificam como pardos e tem um percentual acima da escola da rede particular de pais que se autoclassificam como pretos. Podemos notar, também, que a população preta e parda tende a adotar o sistema de ensino público, uma vez que grande parte da população preta e parda tende a possuir condições econômicas inferiores aos brancos, o que faz com que eles recorram ao sistema de ensino público.

Para entender melhor a questão da classificação racial da criança por escola, foi realizado o cruzamento da variável “Classificação da cor/raça do filho” e “Escola da rede pública e privada”.

TABELA 03
CLASSIFICAÇÃO DA COR/RAÇA DO FILHO *VERSUS* ESCOLA

Cor/raça	Escola		Total
	Rede Pública	Rede Particular	
Branca	16,4%	48,6%	34,5%
Parda	72,4%	39,9%	54,1%



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Preta	3,7%	-	1,6%
Amarela	-	5,2%	2,9%
Indígena	1,5%	0,6%	1,0%
Outra	6,0%	5,2%	5,5%
Sem informação	-	0,6%	0,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

FONTE: Coleta direta

Nota 1: Percentagens totalizam 100 nas colunas

Nota 2: N = 307

Ao analisar a Tabela 03, percebemos que os pais procuram classificar a cor do filho em uma categoria mais clara que a sua autoclassificação de cor/raça, ou seja, tendem a clarear a cor/raça do filho, já que a escola da rede pública possui 16,4% de brancos, enquanto que na rede particular tem-se 48,6% de brancos. A escola da rede pública possui 72,4% de pardos, enquanto que a escola da rede particular possui 39,9% de pardos. A escola da rede pública possui 3,7% de pretos; no entanto, a escola da rede particular não possui criança classificada pelo pai na categoria preta.

A partir dos dados demonstrados na Tabela 03, torna-se claro que existe uma diferença gritante nas categorias branca, pardo e preto se comparadas às escolas da rede particular e pública. Se compararmos os resultados da Tabela 02 da cor/raça dos pais ou responsáveis por escola, perceberemos que os valores das categorias mais claras, como branca e parda, aumentam, quando dizem respeito à classificação da cor/raça do filho, o que significa que os pais tendem a classificar os filhos nas categorias mais claras.

Com o intuito de analisar a situação socioeconômica, utilizamos o cruzamento de dados entre duas variáveis: “Grau de escolaridade dos pais ou responsáveis” e “Escola da rede particular e pública”. Esse cruzamento é indispensável para verificarmos o grau de escolaridade dos pais ou responsáveis em cada escola.

TABELA 04
GRAU DE ESCOLARIDADE DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS *VERSUS*
ESCOLA DA REDE PARTICULAR E PÚBLICA

Grau de Escolaridade dos Pais ou Responsáveis	Escola		Total
	Rede Pública	Rede Particular	
Não estudou	1,5%	-	0,7%
E. F. Incompleto	43,3%	-	18,9%
E. F. Completo	11,9%	1,2%	5,9%
E. M. Incompleto	10,4%	5,2%	7,5%



E. M. Completo	24,6%	24,3%	24,4%
E. Superior Incompleto	6,7%	10,4%	8,8%
E. Superior Completo	0,7%	58,4%	33,2%
Sem informação	0,7%	0,6%	0,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

FONTE: Coleta direta, 2009

Nota 1: Percentagens totalizam 100 nas colunas

Nota 2: N = 307

Como pode ser visto na Tabela 04, a escola da rede pública possui 1,5% de pais ou responsáveis que não estudaram, enquanto que a escola da rede particular não tem nenhum pai sem escolaridade. Quanto ao ensino fundamental, 43,3% dos pais ou responsáveis da escola da rede pública possuem o ensino fundamental incompleto, sendo que nenhum pai ou responsável possui essa escolaridade na escola da rede particular; 11,9% dos pais ou responsáveis da escola da rede pública possuem o ensino fundamental completo; na escola da rede particular, 1,2% possuem essa escolaridade.

Em relação ao ensino médio, 10,4% dos pais ou responsáveis da escola da rede pública possuem o ensino médio incompleto; na escola da rede particular, esse valor cai para 5,2%; a escola da rede pública possui 24,6% dos pais ou responsáveis com o ensino médio completo; a escola particular, 24,3% com essa escolaridade. Já em relação ao ensino superior, 6,7% dos pais ou responsáveis da escola da rede pública possuem o ensino superior incompleto, enquanto que a escola da rede particular possuem 10,4% dos pais com essa escolaridade.

Constatou-se, também, que a escola da rede pública conta com 0,7% de pais ou responsáveis com o ensino superior completo, enquanto que a escola da rede particular possui 58,4% de pais ou responsáveis com o ensino superior completo. Pode-se perceber, a partir desses dados apresentados na Tabela 04, que os pais ou responsáveis da escola da rede particular possuem grau de escolaridade superior aos pais ou responsáveis da escola pública.

Para analisarmos essa questão, realizamos o cruzamento entre as variáveis “Escolaridade dos pais ou responsáveis” e “Autoclassificação da cor/raça dos pais ou responsáveis”, verificando, assim, se a cor/raça possui ~~uma~~ alguma relação com o grau de escolaridade.

TABELA 05
ESCOLARIDADE DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS *VERSUS*
AUTOCLASSIFICAÇÃO DA COR/RAÇA DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS



Escolaridade dos Pais ou Responsáveis	Cor/raça: Autoclassificação dos Pais ou Responsáveis						Total
	Branca	Parda	Preta	Amarela	Indígena	Outras	
Não estudou	-	1,2%	-	-	-	-	0,7%
E. F. Incompleto	7,8%	25,3%	40,0%	-	-	19,0%	19,0%
E. F. Completo	5,6%	7,1%	-	-	-	4,8%	5,9%
E. M. Incompleto	6,7%	7,1%	20,0%	-	-	14,3%	7,5%
E. M. Completo	21,1%	26,5%	40,0%	9,1%	50,0%	19,0%	24,5%
E. Superior Incompleto	7,8%	8,2%	-	27,3%	-	14,3%	8,8%
E. Superior Completo	51,1%	23,5%	-	63,6%	50,0%	28,6%	33,0%
Sem informação	-	1,2%	-	-	-	-	0,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

FONTE: Coleta direta, 2009

Nota 1: Percentagens totalizam 100 nas colunas

Nota 2: N = 307

Os dados da Tabela 05 mostram que, dos pais ou responsáveis que se autocalificaram na categoria branco, 7,8% possuem o ensino fundamental incompleto; 5,6% o ensino fundamental completo; 6,7% o ensino médio incompleto; 21,1% o ensino médio completo; 7,8% o ensino superior incompleto e 51,1% o ensino superior completo. Os pais ou responsáveis que se autocalificaram na categoria pardo, 1,2% não estudaram; 25,3% possuem o ensino fundamental incompleto; 7,1% o ensino fundamental completo; 7,1% o ensino médio incompleto; 26,5% o ensino médio completo; 8,2% o ensino superior incompleto; 23,5% o ensino superior completo.

Os pais que se autocalificaram na categoria preta (40,0%) possuem o ensino fundamental incompleto; 20% o ensino médio incompleto e 40% o ensino médio completo, porém, devemos observar que não houve nenhum pai ou responsável que se autocalificou na categoria preto, com o ensino superior completo. Esses dados comprovam que os pais ou responsáveis que se autocalificaram como pretos em relação ao grau de escolaridade estão abaixo da população branca e parda, o que dificulta o processo de mobilidade social dos pretos.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

A partir dos dados apresentados, pode-se perceber que os alunos classificados pelos pais ou responsáveis como pretos encontram-se localizados na escola da rede pública, e os pais ou responsáveis que também se autotransferiram nessa categoria, em sua maioria, possuem menor grau de escolaridade, profissões de menor *status* e remuneração salarial, o que implica condições de vida mais baixas.

Considerações Finais

Os dados aqui apresentados levam-nos a perceber o cenário de desigualdades educacionais em que estão inseridos os negros. As análises dos resultados obtidos por meio do questionário levam a inferir que o sistema de autotransferência nos anos iniciais (1º ao 5º ano de escolaridade) do ensino básico nas escolas pesquisadas da rede pública e privada do município de Montes Claros - MG possui falhas, pois 50,2% dos pais ou responsáveis disseram que não foram solicitados para fornecer a classificação da cor/raça da criança. Esse alto número de pais não solicitados para declararem a cor/raça da criança sugere um questionamento: se o pai não foi solicitado, como as escolas fornecem a cor/raça da criança no censo escolar?

Para esse questionamento, existe uma possível resposta: a escola opta pela não declaração da cor/raça no censo escolar ou a própria escola informa de acordo com suas convicções, a cor/raça da criança. No entanto, essa não informação ou a informação fictícia da cor/raça prejudica o levantamento de dados do governo, pois impede que se tenha acesso ao número real de brancos, pretos, pardos, amarelos e indígenas e, conseqüentemente, impede ou dificulta o governo de verificar os problemas educacionais relacionados à cor/raça e à construção de políticas públicas ou ações afirmativas.

Em relação à comparação entre as escolas da rede pública e privada, a partir dos dados apresentados, é possível observar que a escola da rede particular possui 48,6% das crianças classificadas pelos pais na categoria branca e 39,9% como pardas, e nenhuma criança classificada como preta. No entanto, a escola pública possui 16,4% de crianças classificadas como brancas, 72,4% como pardas e 3,7% como pretas. Esses dados confirmam a hipótese de que, na escola da rede particular, existe um número menor de crianças que tendem para a tonalidade da pele de cor preta. Também confirmam que os negros estão alocados, principalmente, nas escolas da rede pública as



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

quais, muitas vezes, possuem sistema de ensino menos qualificado em relação às escolas da rede particular, o que dificulta a mobilidade social dos negros.

Os resultados desses dados nos possibilitam sugerir que a questão racial seja mais trabalhada na sala de aula, uma vez que a maioria dos pais ou responsáveis pelas crianças não consegue perceber a importância da classificação da cor/raça no sistema educacional. Até mesmo os profissionais das escolas transmitem essa opinião, o que demonstra que as escolas não estão efetivando a lei 10.639/2003, que regulamenta a promoção da igualdade das relações raciais nas escolas.

Referências

- ALVES & SOARES, Maria Teresa Gonzaga; José Francisco. Desigualdades Raciais no Sistema Brasileiro de Educação Básica. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). 2003. <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517> (acessado em 01/02/2009).
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): Censo Escolar. 2009. <http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/questionarios/> (acessado em 02/02/2009).
- HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das Condições de Vida na Década de 90. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Rio de Janeiro. 2001. http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td0807.pdf (acessado em 29/01/2009).
- HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: Síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. Centro de Estudos Afro-Brasileiros, Instituto de Humanidades, Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro. 2002. http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_artte (acessado em 29/01/2009).
- JACCOUD & BEGHIN, Luciana; Nathalie. Desigualdades Raciais no Brasil: Um Balanço da Intervenção Governamental. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília. 2002.
- MÁRTELO *et al.* Raça e Origem Social: O papel das características do pai *versus* da mãe e da classificação racial na escolaridade. *In:* Desigualdades sociais, rede de sociabilidade e participação política. Organizadora: Neuma Aguiar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. O direito à Educação. *IN: Gestão, Financiamento e Direito à Educação: Análise da LDB e da Constituição Federal*. Romualdo Portela de Oliveira, Theresa Adrião (Orgs). São Paulo. Editora Xamã, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon. *As Causas da Pobreza*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SILVA, Dayane Ferreira. *Autoclassificação e Classificação Racial: Uma Abordagem Sobre a Variável Cor/Raça no Censo Escolar em uma Escola de Rede Pública e Privada do Município de Montes Claros/MG*. Monografia apresentada ao Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Montes Claros/MG. 2009.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: Uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro. Fundação Ford, 2003.